

DRAFT

Caritas Moçambicana

Plano Estratégico 2019-2022

Maputo, Moçambique

Análise Contextual Nacional

Contexto Político

O incumprimento do Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em Roma no ano de 1992 tem trazido problemas recorrentes. O país não tem vivido a paz efectiva porque o maior partido da oposição, a Renamo, tem apresentado ameaças contra a governabilidade nacional.

O Governo e a Renamo, estão a finalizar um acordo para o desarmamento, desmobilização e reintegração dos combatentes da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança (FDS), previsto para ser implementado e concluído nos dois próximos meses.

O Partido Renamo realizou na segunda quinzena de Janeiro de 2019, o seu VI Congresso na Serra da Gorongosa, que culminou com a eleição de Momade Ossufo que ocupou o lugar deixado pelo malogrado presidente Afonso Dhlakama. A corrida eleitoral teve 5 concorrentes internos, incluía o Secretário-Geral. Com essa nomeação, está preenchido o lugar da pessoa que vai concorrer pela Renamo nas próximas eleições legislativas e presidenciais a ter lugar no dia 15 de Outubro do ano corrente.

No Norte do país, principalmente na Província de Cabo Delgado, desde Outubro de 2017 que tem havido acções de insurgência da “Al Shabaab”. Essas actividades têm

aterrorizados a região toda e incluindo as áreas onde se está a explorar o petróleo e gás. Nota-se a evidente incapacidade das Forças de Defesa e Segurança em estancar a onda de ataques protagonizados por aqueles elementos desestabilizadores. A situação tem obrigado a Anadarko a apetrechar-se de veículos blindados de especificação B6 para garantir a segurança nas suas operações de exploração.

A questão de corrupção e a evidente falta de responsabilização dos grandes corruptos durante os 4 anos da actual governação, afundou o país no Índice de Percepção da Corrupção em 2015 quando ocupava a posição 111 e em 2018 está no lugar 161. O discurso político reafirma a firmeza no combate à corrupção não encontram resposta no sistema judiciário, talvez pelos compromissos políticos que impedem uma real separação dos poderes em Moçambique. A falta de responsabilização criminal nos casos Embraer, Odebrecht, dos funcionários fantasmas e das dívidas ilegais (prisão e julgamento de Manuel Chang na África do Sul), são algumas das evidências que mantiveram o país entre os mais corruptos do mundo no ranking do ano passado, divulgado pela Transparência Internacional (TI).

A marcação para este ano (12 de Fevereiro de 2019) dos julgamentos dos ex-embaixadores moçambicanos nos EUA e Rússia é mal visto no contexto do caso Chang e em ano de eleições gerais, é vista como tentativa da justiça para limpar a imagem face à sua aparente inoperância.

Contexto Económico

Em 2016, na sequência da revelação de empréstimos não declarados por empresas estatais que tornaram a dívida pública insustentável e por haver indícios de corrupção, vários doadores internacionais cortaram o financiamento ao país, fazendo o país entrar em incumprimento financeiro.

"A negociação de um acordo entre Moçambique e os detentores dos títulos da dívida em incumprimento financeiro colocou o país no caminho da recuperação gradual, mas o crescimento será fraco até os novos projetos do gás estarem em funcionamento, em

meados da próxima década", escrevem os analistas da Economist Intelligence Unit (2018).

Prevê-se que a taxa de crescimento vai provavelmente acelerar para uma média de 5,3% ao ano no período de 2020/23. Estima-se que a economia comece a beneficiar dos preparativos para a exploração dos depósitos de gás natural em 2 blocos da Bacia do Rovuma, estando previsto que essa actividade inicie-se em 2023/24.

O relatório da Economist Intelligence Unit, adianta que por excesso de oferta no mercado mundial de gás natural, é muito provável que as grandes obras de construção em terra, iniciem em 2020. Salienta-se que o crédito bancário tem estado a contrair para alguns sectores-chave (caso da agricultura, telecomunicações e construção, devido a uma política monetária mais rígida e o desempenho dos referidos sectores seja fraco ao longo de 2019).

Por exemplo, a economia de Moçambique é essencialmente agrária e o seu desenvolvimento tem sido desde sempre uma prioridade para o país. A agricultura tem sido o sector que mais tem contribuído para o crescimento económico (25.2% em 2015). Vários têm sido os esforços do Governo e sector para tornar a agricultura o pilar da economia do país, mas ela é predominantemente de subsistência, caracterizando-se por baixos níveis de produção e de produtividade, necessitando deste modo, de uma forte coordenação multisectorial para que o seu crescimento tenha um impacto visível na segurança alimentar.

A economia moçambicana é profundamente dependente do capital estrangeiro e altamente vulnerável às oscilações cambiais no mercado internacional, e grande parte do excedente produzido não é retido pela economia. Isto favorece a acumulação de riqueza por parte de um pequeno grupo às custas da especulação dos recursos naturais. Este tipo de acumulação privada de capital visando a formação de oligarquias financeiras nacionais, fez emergir uma economia especulativa, afunilada e especializada em produtos primários para exportação e, com elevados níveis de concentração e centralização de capital. Isto limita as oportunidades, opções e incentivos para o alargamento e a articulação da base produtiva, para a expansão de um mercado de trabalho decente. O que se traduz nas desigualdades e desequilíbrios socioeconómicos.

Vivencia-se um estado de pobreza, precária rede hospitalar, alimentar, e de saneamento básico, e elevada taxa de analfabetismo. Estes factores contribuem para uma baixa esperança de vida, a qual melhorou ligeiramente de 52,1 para 54,1 de 2010 a 2016, respectivamente.

A corrupção, como parte da má governação de recursos tem constituído uma grande ameaça ao ambiente e aos recursos naturais, acelerando a perda da diversidade, o desflorestamento e o uso insustentável dos recursos naturais. Por exemplo, a exploração ilegal madeireira e a caça furtiva, têm tomado enormes proporções devido a práticas corruptivas. O prejuízo económico desta prática ilícita para o Estado e para as comunidades locais foi estimado em USD 147 milhões, entre 2007 e 2014.

Contexto Social

De acordo com a ONUSIDA, Moçambique classifica-se em terceiro lugar no mundo, depois da Nigéria e da África do Sul, no que diz respeito às novas infecções pediátricas entre 22 países que contribuem para o fardo mundial de novas infecções pelo HIV. Em 2011, Moçambique aprovou a Iniciativa Global para a Eliminação da Transmissão Vertical (Global Initiative for the Elimination of Mother-to-Child Transmission - EMTCT). Foi em 2013, que o Ministério da Saúde iniciou o acesso universal a todas as crianças menores de 5 anos infectadas pelo HIV. Apesar do aumento positivo no acesso ao tratamento anti-retroviral (TARV) para crianças menores de 15 anos nos últimos dois anos, o TARV pediátrico continua a ficar para trás. Apenas 8,5% de todos os pacientes tratados no país sejam crianças, muito abaixo da recomendação da OMS de que 10 a 15 por cento dos pacientes deve ser constituído por tratamento pediátrico.

Os principais desafios que se colocam em Moçambique estão relacionados com a retenção e a adesão ao tratamento referente à PTV e TARV Pediátrico. O TARV pediátrico situa-se entre as principais prioridades do Ministério da Saúde.

Contexto Ambiental

A qualidade do ambiente de Moçambique, é modesta quando comparada com o reportado há dez anos atrás. Como uma nação à jusante, Moçambique enfrenta vulnerabilidades às mudanças climáticas e por isso tem um forte interesse em assegurar que a nível global sejam amenizados os factores que degradam o ambiente. O país deu passos gigantescos na legislação e nas políticas proteccionistas da qualidade de ambiente. Contudo, persistem os desafios de fiscalização e dos que conduzem à eliminação da corrupção.

O recurso principal, a terra, continua a ser um objecto conflituoso. No entanto, apesar do crescente número de instrumentos de ordenamento territorial persiste o grande desafio na sua implementação. Avanços significativos estão a ser feitos nos sectores florestal e industrial em geral, e, em particular na indústria extractiva bem como no sector de energia. Acções de educação ambiental formal e não formal têm vindo a resultar em melhorias do saneamento do meio bem como na redução do número de mortes e perdas de activos.

A questão mais urgente que o país deve enfrentar com frontalidade é a corrupção. Ela corrói a governança; enfraquece a economia; predispõe a exploração insustentável dos recursos naturais e mina a qualidade do ambiente. A continuação de um desenvolvimento económico mais responsável, a aplicação eficaz das medidas reguladoras ambientais existentes, e a adopção de soluções novas e inovadoras para alguns dos problemas ambientais candentes que o país enfrenta poderá conter a degradação ambiental e melhorar o estado do ambiente do país.

A Educação e conscientização da população em geral para melhores práticas e uma melhor postura relativamente ao ambiente é uma das principais respostas a todas as pressões causadas pelo Homem.

Tanto os currículos do ensino pré-escolar e primário como os do ensino secundário e superior integram aspectos do ambiente e da biodiversidade (MICOA, 2014). Para além

disso, o Ministério da Educação tem actuado no âmbito das actividades extracurriculares de criação de espaços verdes nas escolas (MICOA, 2014).

O governo tem vindo a implementar acções de educação ambiental ao longo do País. Por exemplo, em 2009 foi lançado o Programa de Educação, Comunicação e Disseminação Ambiental com objectivo de educar as comunidades rurais em questões ambientais; em 2010 foi lançado o programa de plantio de árvores nas escolas (Programa “Um aluno, Uma Árvore”), e o programa “Um Líder Comunitário, Uma Floresta”.

Em 2013, foi lançada a Campanha Nacional de Controlo às Queimadas, de forma a capacitar as comunidades com técnicas melhoradas de exploração de recursos florestais (MICOA, 2014).

Relativamente ao saneamento, têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização e mobilização sobre boas práticas de higiene e saneamento para de latrinas. Em 2016 foram realizadas 2.582 campanhas com vista a reduzir o fecalismo a céu aberto. As comunidades têm vindo a adoptar o uso de latrinas e sanitários em detrimento do fecalismo a céu aberto. Contudo, esta é uma prática que nem sempre se mantém constante dentro da mesma comunidade.

Moçambique é o 4º país mais vulnerável aos desastres naturais em África; por um lado devido à sua localização geográfica na zona de convergência intertropical e à jusante de bacias hidrográficas partilhadas; à sua longa costa e à existência de extensas áreas com altitude abaixo do actual nível das águas do mar e, por outro lado, devido ao seu fraco desenvolvimento socioeconómico (MICOA, 2012). Adiciona-se a isto o facto de 70% da população do país viver ao longo da faixa costeira.

Os principais desastres que afectam Moçambique são cheias, ciclones, secas e, em menor grau, terremotos (UNECA, 2015). De 1980 a 2016 foram registados 27 eventos de cheias, 12 eventos de secas, 16 ciclones tropicais e 27 epidemias (INGC, 2017).

As cheias ocorrem com maior frequência de Novembro a Março no sul do país e de Janeiro a Abril no centro e norte, resultantes de fortes chuvas no país e/ou nos países a montante, bem como da acção de ciclones. Entre 2010 e 2015, as cheias afectaram cerca de um milhão de pessoas e resultaram em cerca de 310 mortes (INGC, 2015).

As secas são susceptíveis de ocorrer todos os anos e são relativamente crónicas, particularmente nas regiões sul e centro do país

A fraqueza na implementação da legislação, corrupção e pobreza, tem levado a uma exploração insustentável dos recursos naturais, verificando-se uma elevada exploração ilegal de madeira, altos níveis de caça furtiva e pesca ilegal mesmo nas áreas de conservação.

O crescimento populacional desafia a disponibilidade de terras para a agricultura, que é a base da economia nacional.

Contexto Geral da Crise Humanitária em Moçambique

Moçambique está a enfrentar bolsas significativas de insegurança alimentar grave, principalmente devido à escassez de chuvas e à invasão do lagarto do funil de milho, que contribuíram para reduzir a produção de culturas, particularmente do milho. A seca está também a causar níveis crescentes de desnutrição, escassez de água e abandono escolar, bem como o aumento do risco de doenças transmissíveis.

O país enfrenta desastres naturais todos os anos, particularmente dada a sua localização geográfica (o país está localizado à jusante de nove bacias hidrográficas internacionais e tem uma longa costa do Oceano Índico com actividade de ciclone activa) e a vulnerabilidade social e económica da população. A seca ocorre principalmente na região sul, com uma frequência de sete secas a cada 10 anos. A recorrência desses choques climáticos em ciclos mais curtos negou os esforços para reduzir a vulnerabilidade em muitas comunidades.

A estação chuvosa de 2017-2018 caracterizou-se por um início tardio, extenso período de seca no meio da estação (Dezembro a Janeiro) e fortes chuvas. Embora a estação chuvosa de 2017-2018 tenha tido um desempenho melhor que o episódio de El Niño de 2015-16, o período de seca resultou em estresse por humidade e murchamento das culturas plantadas precocemente em muitas áreas. Isto tem causado um rendimento agrícola abaixo da média, particularmente no sul e em algumas partes centrais de Moçambique. Embora o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar afirme que há disponibilidade suficiente de alimentos ao nível agregado, o país enfrenta bolsas significativas de insegurança alimentar. A previsão climática para a estação chuvosa de 2018-2019 indicam chuvas normais a abaixo do normal para as regiões sul e central, e chuvas normais para acima do normal para a região norte, de acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) estima-se que 814.700 pessoas em cinco províncias enfrentam os níveis mais severos de insegurança alimentar (IPC 3 e acima) e precisam de assistência para salvar vidas durante a época de escassez. As províncias mais afectadas são Cabo Delgado, Inhambane, Gaza, Sofala e Tete. A Província de Gaza, por exemplo, tem quase 22% de sua população - mais de 318 mil pessoas - afectadas pela crise. Tete, Inhambane, Sofala e Cabo Delgado reportaram em conjunto quase 500.000 pessoas. Esta população é um subconjunto prioritário do número total de pessoas gravemente inseguras em 11 províncias, estimado em 1,78 milhões de pessoas para o período de Setembro a Dezembro de 2018,

O impacto do aumento da insegurança alimentar é agravado pelos altos níveis de pobreza, bem como pelo espaço fiscal limitado do governo para responder de forma eficaz. Apesar duma tendência decrescente na incidência da pobreza ao longo dos anos, o número de pessoas pobres continua alto e a desigualdade está crescendo. Quase metade da população (46,3 por cento) continua pobre em termos monetários e não monetários; 84,9 por cento vivem em áreas rurais. Análises recentes da pobreza realizadas em Moçambique mostram que ciclones, inundações ou secas podem levar a uma queda de até 25% a 30% no consumo de alimentos *per capita* e que as famílias afectadas também reduzem os gastos com itens básicos não alimentares.

É provável que a produção agrícola diminua, particularmente em áreas onde há risco de baixa pluviosidade e probabilidade de aumento da incidência de pragas e doenças. O sector agrícola dependente das chuvas, que representa cerca de 25 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique e emprega quase 75 por cento da força de trabalho, é altamente vulnerável à seca e outros riscos naturais, com uma perda estimada de 20 milhões de dólares por ano, segundo o Banco Mundial. Estima-se que 19.500 crianças em nove distritos devem sofrer de desnutrição aguda nos próximos seis meses, de acordo com a análise do IPC *Acute Malnutrition* realizada em Abril de 2018 pelo SETSAN. Espera-se que a Desnutrição Aguda Global (GAM) aumente de níveis aceitáveis para alertas/graves (fase 2 e 3 do IPC) com taxas de GAM entre 6 a 10,9 por cento, particularmente em Balama, Cabo Delgado, Marara na Província de Tete, Milange na Província da Zambézia e Macossa, na província de Manica, em grande parte devido a: baixa qualidade e quantidade de alimentação infantil; aumento da ocorrência de

doenças infantis, como diarreia e malária; baixa cobertura de serviços de saúde e saneamento; e baixo acesso a fontes de água seguras. Os resultados da análise do SETSAN mostraram uma situação crítica de segurança alimentar e nutricional em cinco distritos no norte da Província de Cabo Delgado ligados a conflitos e violência: Quissanga, Macomia, Mocímboa da Praia, Nangade e Palma.

Os casos mais graves ligados à estiagem são em Gaza, Inhambane e Sofala, onde as famílias já estão a adoptar estratégias de crise e estratégias de emergência, respectivamente, incluindo: venda de bens produtivos e animais; e tirar as crianças da escola para realizar tarefas domésticas, incluindo buscar água e mendigar. No passado - inclusive durante o El Niño de 2015-2017 - o aumento da insegurança alimentar aumentou o risco de trabalho infantil, tráfico de crianças e casamento forçado.

A seca continua a afectar negativamente o bem-estar das crianças e seu acesso à educação, muitas vezes levando ao absentismo dos alunos, baixa concentração nas aulas devido à fome e sede e, em última análise, contribuindo para uma diminuição nos resultados de aprendizagem das crianças. A escassez de água leva à migração das famílias rurais mais vulneráveis e, conseqüentemente, as crianças abandonam a escola.

O **acesso a água potável** é também um desafio, incluindo a seca. Apenas metade dos moçambicanos têm acesso a um melhor abastecimento de água e apenas um em cada cinco utiliza instalações de saneamento melhoradas. Existe uma grande disparidade entre a cobertura de abastecimento de água urbana (80 por cento) e rural (35 por cento) e apenas cerca de 40 por cento das escolas rurais dispõem de instalações de água, saneamento e higiene (WASH) para alunos e professores. A precipitação reduzida aumentou os desafios para acessar à água segura. O nível de armazenamento da barragem dos Pequenos Libombos, localizada na Província de Maputo, foi de 22,6 por cento em 29 de Novembro de 2018. A barragem dos Pequenos Libombos abastece as cidades de Maputo, Matola e Boane e não ultrapassa os 50 por cento desde a severa seca de 2016.

Contexto Priorizado pela Caritas Moçambicana para sua actuação

A Caritas Moçambicana ciente dos poucos recursos financeiros ao seu alcance e considerando a crise económica que abala o mundo e por consequência, a situação afecta sobremaneira os doadores tradicionais que por sua vez não têm tido a capacidade para responder cabalmente os apelos da CM. Neste contexto, com os recursos disponíveis e possíveis, a CM prevê trabalhar nas seguintes áreas: Económica, Social, Cultural e Ambiental.

1. Visão Geral da Caritas Moçambicana.

A visão da Caritas Moçambicana para os próximos quatro anos será

*Vida em abundância para homens e mulheres moçambicanos.
(Jo.10, “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”)*

2. Missão da Caritas Moçambicana.

*Estar ao serviço dos e com os mais desfavorecidos e desfavorecidas nos próximos quatro anos, **criando meios e mecanismos** para que tenham uma vida digna.*

3. Os valores que a Caritas Moçambicana partilha.

Solidariedade: partilharemos do pouco que temos com todos sem distinção, principalmente com os mais necessitados e vulneráveis, seguindo o exemplo de Jesus. (cfr. Fil 2,6-11)

Subsidiariedade: valorizaremos mais a contribuição local. (cfr. Mc.6,37)

Dignidade: privilegiaremos a honestidade, praticaremos acções correctas baseadas na justiça e nos direitos humanos. (cfr. Mt. 25,40,45)

Justiça social: lutaremos para a eliminação da corrupção e da injustiça. Por ser todos os homens beneficiários do amor de Deus. (cfr. Mt. 5, 20,45)

Fraternidade: estaremos sempre apostos para ajudarmos o próximo como irmão. A nossa acção responderá ao facto de sermos todos irmãos. (cfr. Mt. 23,8-9)

Perseverança: não iremos desistir da nossa missão por qualquer dificuldade ou impedimento que possa estar presente no nosso dia-a-dia. (cfr.Mt.24,13)

Compaixão: deixar-nos-emos interpelar pelo sofrimento do outro e levantaremos a voz em sua defesa (ser a voz dos que não têm voz). (cfr.Lc.10,30-37)

Transparência: faremos a prestação de contas do nosso trabalho de forma clara, concisa e verdadeira, a todos que estarão envolvidos nas nossas acções. (cfr.Lc.12,48b)

Igualdade: lutaremos para que homens e mulheres partilhem dos mesmos direitos e deveres sem distinção. (cfr.Mt.5,45)

A Caritas Moçambicana escolhe as seguintes áreas temáticas como foco de trabalho:

1. Segurança Alimentar e Meios de Vida Sustentáveis;

2. Resposta Humanitária;

3. Agua e Saneamento do Meio e Saúde;

4. Fortalecer a Caritas Moçambicana e as Comunidades.

A. Objectivo Estratégico 1

Segurança Alimentar e Meios de Vida Sustentáveis

Segurança Alimentar e Nutricional e Meios de Vida Sustentáveis – (Melhoria da Produtividade Agrícola, Saúde e Nutrição, Fomento de Animais, Geração de Rendimento, Criação de Associações e Pequenas Empresas, Educação, HIV e SIDA, Advocacia e *Lobbying*)

Orientação Estratégica – a Caritas Moçambicana pretende continuar a dar apoio substancial à área de Segurança Alimentar e Nutricional dando continuidade aos alicerces estabelecidos no âmbito do programa de Meios de Vida Sustentável passado que até então através de varias acções desenvolvidas já permitiu as famílias e pequenos produtores beneficiários do programa que ganhem o acesso ao mercado, pratiquem a produção intensiva e diversificação de culturas de rendimento utilizando a irrigação, introdução de novas técnicas para melhorar a qualidade e quantidade da sua produção e consequente melhoria das suas vidas; investimento para a criação de novas associações e pequenas empresas como alternativa de geração de rendimentos. A estratégia vai continuar nos mesmos moldes do lançamento de campanhas de advocacia local e nacional com intuito de encarar os desafios que o sector enfrenta.

Plano de Acção

A SAN é um tema transversal, que envolve sectores como a agricultura, a pecuária, as pescas, o comércio, os transportes, a educação, a saúde, o emprego, a acção social, e o ambiente. Assim sendo, o plano de acção estará em alinhamento com os vários Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital reforçado pela participação comunitária. E o mesmo terá um horizonte temporal de 2019 a 2022.

ACTIVIDADES	RESULTADOS	INDICADORES
A1. Utilização de novas técnicas de produção	R1. Reforçada a Soberania Alimentar e	I.1. Aumentada e diversificada a produção e a produtividade Agraria, boas

intensiva apropriadas de extensão rural e disseminação de mecanismos de alerta às mudanças climáticas	Nutricional das famílias mais vulneráveis nas comunidades alvo em todas as Dioceses	colheitas, celeiros repletos e melhoramento nutricional em pelo menos 95% das famílias assistidas pela CM.
A1.2. Fomento Pecuário rotativo e diversificação da criação de animais (pequenas e médias espécies).	R1.2. Aumentada a resiliência produtiva das famílias mais vulneráveis às mudanças climáticas	I.2. Até 2022 as comunidades alvo do programa da CM sejam capazes de assistir os
A1.3. Promover actividades de educação alimentar e saúde através do reforço nutricional	adversas em todas Dioceses	grupos mais vulneráveis e garantir a Segurança Alimentar e os Meios de Vida de forma sustentável e justa.
A1.4. Empoderamento das famílias com técnicas e meios para a prática da Agricultura Orgânica e metodologia da Escola na Machamba do Camponês.		I.3. Reduzida a perda dos produtos pós-colheita em 95% das famílias alvo assistidas pelos programas da CM até 2022.
A1.5. Montagem de Estufas para ensaios, produção de viveiros e fruteiras nas comunidades alvo.		
A1.6. Construção de celeiros melhorados para o armazenamento de cereais		
A2.1. Abertura de furos de água com painéis solares para a produção intensiva de culturas	R2.1. Aumentado o acesso à água para irrigação de culturas, consumo humano e de animais	I.2.1 Aumento do acesso e utilização de água para irrigação e consumo em pelo menos 10 Dioceses

Commented [Cp1]: Observação: Grandes Espécies (Bovino e búfalo).

<p>A2.1. Montagem de motobombas</p> <p>A2.3. Reabilitação de represas, cisternas e diques</p>		<p>I.2.2 Pelo menos 10 Dioceses com comunidades resilientes às mudanças climáticas e a produzir em toda época do ano até 2022</p>
<p>A3.1. Introdução de pequenos negócios agropecuários que abarquem o processamento e comercialização</p> <p>A3.2. Apoiar as famílias na legalização de associações e DUAT e na elaboração de planos de negócios para a angariação de fundos (públicos e privados) a nível local.</p> <p>A3.3. Estabelecer <i>lobbying</i> e Advocacia com outros parceiros e com as autoridades da saúde para a aproximação dos serviços básicos nas comunidades incluindo o treinamento de comités de saúde e a participação da equipa da Caritas nas redes de reflexões.</p>	<p>R3.1. Melhoradas as condições de vida de famílias mediante o fortalecimento sócio-económico e a participação comunitária.</p>	<p>I.3.1. Número e qualidade de actividades de rendimento apoiadas pela Caritas Moçambicana.</p> <p>I.3.2. No final de 2022 se tem aumentado em 50% o número de associações comunitárias activas assistidas pela CM</p>
<p>A4.1. Apoiar as crianças chefes de famílias e órfãs em <i>kit</i> escolar, suplementos alimentares de modo a reduzir maior índice de desnutrição e acompanhamento</p>	<p>R4.1. Protegidas e apoiadas as Criança órfãs e chefes de famílias na geração de rendimento para potenciar os meios de</p>	<p>I.4.1 Aumentado em 30% o número de crianças órfãs e chefes de família, raparigas como beneficiários directos dos programas da CM até 2022.</p>

<p>A4.2. Reabilitação das suas infraestruturas caseiras e de saneamento para além da protecção das raparigas contra casamentos prematuros através da sensibilização e campanhas comunitárias contra a violação sexual, doméstica e casamentos precoces que por sua vez tem acontecido devido a vulnerabilidade fruto da pobreza.</p> <p>A4.3. Apoiar o processo de registo /legalização dos documentos de identidade das COVs (Crianças Órfãs e Vulneráveis) pelo notariado local e do atestado de pobreza para garantir o acesso á educação através de bolsas de estudos e isenção de taxas, etc</p> <p>A4.4. Realização de campanhas de sensibilização sobre direitos da mulher e igualdade de género</p>	<p>sobrevivência, educação e saúde</p> <p>R4.2. Protegidas as raparigas em idade escolar contra casamentos prematuros, violência domestica e sexual</p>	<p>I.4.3 Aumentado em 30% o número de crianças órfãs registadas ao nível de todas Caritas Diocesanas</p> <p>1.4.4 Reduzido em 30% o número registado de casos de violência doméstica e aumentado em 30% o número de mulheres a ocupar lugares de chefia</p>
<p>A5.1. Reabilitação de casas e latrinas através do uso de material convencional local</p>		

Commented [Cp2]: Obs: Reabilitação de casas e latrinas através do uso de material condigno.

A5.2. Capacitação e apoio financeiro às pessoas portadoras de deficiências, idosas e viúvas, pessoas afetadas e infectadas pelo HIV/SIDA na criação de pequenas bancas de venda de produtos de primeira necessidade a nível local e agro-negócios, insumos de produção e <i>kit</i> alimentar em casos específicos.	R.5.1 Fortalecido o empoderamento socioeconómico para potenciar os meios de vida e saúde dos deficientes, idosos e viúvas	I.5.1 Número de idosos, viúvas, pessoas infectadas e afectadas pelo HIV e SIDA e deficientes como beneficiários directos dos programas da CM até 2022. I.5.2 Melhorada a geração do rendimento em 95% de pessoas portadoras de deficiências, idosas, viúvas, pessoas afectadas e infectadas pelo HIV/SIDA
---	---	--

B. Objectivo Estratégico 2

Resposta Humanitária – Emergência e Calamidades Naturais

Orientação Estratégica – A Caritas Moçambicana vai continuar a criar a capacidade interna de resposta às emergências e calamidades naturais através da angariação de fundos para responder às necessidades das populações. Tem sido prática a elaboração de programas de emergência financiados pelos parceiros orientados às necessidades dos atingidos e na planificação do governo através do INGC e nos *Clusters* humanitários tanto a nível nacional como provincial. Como tem sido tradição, vai continuar a ser guiado por normas internacionais de direitos humanos e das normas humanitárias mínimas.

A Caritas Moçambicana vai apoiar na mitigação/recuperação/reabilitação e resiliência das comunidades. Por outro lado, a CM deseja adoptar a Redução do Risco de Desastres Naturais (RRDN) como **abordagem central** e vai fazer parte das intervenções na área Humanitária/Emergências e Programas de Meios de Vida Sustentáveis. Pretende-se participar nas redes com outras ONGs e entidades governamentais.

RESPOSTA HUMANITÁRIA

Segundo o seu Plano Estratégico de 2014 – 2019, na sua página numero 10, a Caritas Moçambicana tem como visão: *“Vida em abundancia para homens e mulheres moçambicanos”* a missão *“Estar ao serviço dos e com os mais desfavorecidos e desfavorecidas e criando meios e mecanismos para que tenham uma vida digna”*, a área temática de Resposta Humanitária – Emergências e Calamidades Naturais, o objetivo fundamental é apoiar as comunidades assoladas pelos desastres (cheias, seca, ciclones e conflitos entre seres humanos) e todo esforço será envidado para que as comunidades moçambicanas estejam em altura de prontidão para responder duma forma imediata e eficiente aos efeitos calamitosos de modo que os impactos sejam reduzidos e haja melhores estratégias de salvação de vidas humanas.

Segundo o Boletim da República do dia 20 de Junho de 2014 frisa que Moçambique é um país vulnerável às calamidades naturais como cheias, secas, ciclones e outros desastres da acção humana, há um forte argumento para que se estabeleçam critérios, princípios, mecanismos legais e orientadores e visando a gestão eficaz e eficiente dos desastres para reduzir os impactos negativos, sejam definidas políticas, planos e estratégias de prevenção e mitigação, prontidão, planos de contingência, planos de gestão de calamidades, demarcação de zonas de riscos, sistemas de aviso prévio, sistemas de alerta, sistemas de gestão de calamidades, Ajuda internacional de emergência, a Caritas Moçambicana nos próximos quatro anos vai continuar a capacitar o seu pessoal para melhor compreender e interpretar os conceitos: Ajuda humanitária, calamidade, catástrofe, emergência, mitigação, mudança climática, prevenção, planos previsionais, prontidão, risco, socorro, vulnerabilidade, aviso prévio, sistema de alerta, e encontrar mecanismos apropriados para que as famílias vivendo em comunidades semi áridas possam continuar a usufruir os direitos de alimentação adequada e de dignidade da pessoa humana por meio de promoção de culturas tolerantes a seca e de ciclo curto, abertura de furos de agua com sistemas de painéis solares para produção de alimentos e consumo humano, estabelecimento de comitês locais de gestão de riscos de desastres naturais.

Para lograr esses intentos a Caritas Moçambicana vai explorar os Manuais de Gestão de Ciclos de Projectos de Emergência, Plano de contingência do INGC 2017 – 2030, *Toolkit* da Caritas Internationalis e Projecto Esfera.

ACTIVIDADES	RESULTADOS	INDICADORES
1.1 Fazer a manutenção de sistemas de aviso prévio nas Caritas Diocesanas e nas comunidades e o	- Sistemas de aviso prévio instalados e com manutenção periódica em todas comunidades	- Pelo menos 8 Caritas Diocesanas possuem sistemas de aviso prévio funcionais e mapas de

mapeamento das zonas de risco	vulneráveis à seca, cheias e ciclones e mapas de riscos devidamente elaborados	riscos preenchidos ao nível das comunidades
1.2 Capacitar as Caritas Diocesanas e comunidades locais para a prontidão na resposta aos desastres naturais de início rápido, tais como cheias e ciclones	- Caritas Diocesanas devidamente capacitadas e aptas a intervir numa forma rápida e eficiente sempre que ocorram desastres naturais	- Ao menos 8 Caritas Diocesanas mais resilientes.
1.3 Reduzir os Riscos de Desastres Naturais por meio de reflorestamento nas margens dos rios Zambeze, Licungo, Limpopo e outros, por meio de abertura de represas e disseminação de fogões melhorados	- Caritas Diocesanas com capacidades de contribuir na redução da erosão costeira nas principais bacias hidrográficas, desmatamento das florestas ao nível das comunidades	- Pelo menos 8 Caritas Diocesanas participam na redução da erosão costeira e promovido o reflorestamento ao nível das comunidades.
1.4 Implementar actividades de emergência no Sector de Educação	- Caritas Diocesanas capacitadas na mobilização das escolas para aderirem às actividades de gestão de emergência e tornar as escolas meios de ligação para com as comunidades na prevenção e redução de riscos de desastres naturais	- Pelo menos 8 Caritas Diocesanas tenham estabelecido os comités de gestão de riscos de desastres naturais nas escolas ao nível das Dioceses
1.5 Fomentar culturas tolerantes à seca e abertura de furos de água para	- Minimizado o risco de insegurança alimentar e disponibilidade de água	- Pelo menos 8 Caritas Diocesanas com risco de insegurança alimentar minimizado e reduzida a

Commented [Cp3]: Observação: Criação e manutenção de sistemas de aviso prévio nas Caritas Diocesanas e nas comunidades e o mapeamento das zonas de risco.

Commented [Cp4]: Observação: E terremotos. Criação de fundo de contingência a nível da caritas Moçambicana.

irrigação e consumo humano	potável nas comunidades afectadas pela seca	escassez de água potável nas zonas propensas aos desastres naturais
1.6 Capacitar comunidades e estabelecer Comitês Locais de Redução de Riscos de Desastres Naturais	- Comunidades locais formadas e com comités constituídos e resilientes ao impacto dos desastres naturais	- Pelo menos 8 Caritas Diocesanas com comités locais funcionais em 5 Distritos de cada Diocese.
1.7 Capacitar as Caritas Diocesanas sobre o <i>Toolkit</i> (ferramentas) de Emergência da Caritas <i>Internationalis</i>	- Pessoal das Caritas Diocesanas com domínio do <i>Toolkit</i> de emergência da <i>CI</i>	- Pelo menos 60% dos Pontos Focais das Caritas Diocesanas implementam o <i>Toolkit</i> nas emergências
1.8 Introduzir actividades de prevenção, mitigação e resposta às emergências nas Escolas localizadas em zonas de riscos	- Actividades de prevenção, mitigação e resposta às emergências são implementadas nas escolas localizadas em zonas de riscos	- Pelo menos 60% das escolas em zonas de risco implementam com sucesso actividades de prevenção, mitigação e resposta às emergências
1.9 Produzir materiais de divulgação das acções realizadas no âmbito humanitário	- Materiais de intervenção humanitária produzidos e divulgados através dos mecanismos internos	- Pelo menos 60 % das Caritas Diocesanas com acesso e uso dos materiais de <i>divulgação das acções de</i> âmbito humanitário
1.10 Estabelecer parcerias com INGC e outras organizações humanitárias	- Caritas Moçambicana com parcerias estabelecidas e acordos assinados	- Pelo menos 4 acordos firmados e <i>implementados</i> com parceiros
1.11 Participar <i>aos</i> encontros de troca de experiências com organizações congéneres,	- Troca de experiências e lições aprendidas realizadas e robustecido o plano de	- Pelo menos 8 eventos de troca de experiências realizados

nacionais e internacionais, na área humanitária	resposta humanitária da Caritas Moçambicana	
--	--	--

C. Objectivo Estratégico 3

Melhorar o Acesso à Água, Saneamento do Meio e Saúde

Orientação Estratégica – A Caritas Moçambicana deseja empreender mais esforços para melhorar o acesso à água e saneamento do meio. A estratégia a implementar será orientada para a abertura de mais poços, construção de represas e abertura de furos de água para permitir maior número da população receber mais água de qualidade e consequente redução de doenças provocadas por falta desse precioso líquido. Acresce-se o lançamento da Campanha Nacional de Consciencialização sobre o Uso da Água e os regulamentos à volta desse tema.

A construção de latrinas, abertura de vala de drenagem e educação para a saúde e higiene usando recursos locais serão a resposta adequada para a questão do saneamento de meio. Essas actividades exigirão a coordenação com todas entidades envolvidas na cadeia de valor.

As fontes com bomba AFRIDEV foram estimadas para abastecer 150 famílias segundo a política nacional de água de Moçambique mas, devido a procura deste precioso líquido o número de famílias supera as 150 famílias, chegando até 300 famílias cada fonte.

Em termos de operacionalidade das fontes per menos 75% das fontes são operacionais e a sua manutenção e reparação é assegurada pelas famílias beneficiárias, facto que deverá continuar no presente plano estratégico, fazendo trabalho não só a nível da zona rural como também urbana, pois a nível urbano não existem muitos cuidados com água e muitas destas famílias não tem noção de quão difícil é ter acesso a água na zona rural; também continuará a se fazer a abertura de mais poços melhorados, construção de represas, diques, cisternas, abertura de furos de água e construção de latrinas e

bebedouros, para permitir que maior número da população tenha acesso a mais água de qualidade e consequente redução de doenças provocadas por falta desse líquido e perda de mais tempo. No período de vigência deste plano estratégico, haverá o lançamento da Campanha Nacional de Consciencialização sobre o Uso da Água e os regulamentos à volta desse tema a nível da Igreja Católica, envolvidos os bispos, párocos, Irmãs religiosas, fiéis, autoridades locais e outros.

A construção de latrinas, abertura de vala de drenagem e educação para a saúde e higiene usando recursos locais serão a resposta adequada para a questão do saneamento de meio. Essas actividades exigirão a coordenação com todas entidades envolvidas na cadeia.

Actividades	Resultados	Indicadores (de actividades)
A1: Sensibilizar e Capacitar as comunidades para o seu envolvimento activo em todo o processo de acesso à água e saneamento (empoderamento das comunidades). Lançamento da Campanha Nacional de Consciencialização sobre o Uso da Água	R1: Comités de Gestão de Água constituídos, formados e funcionais em cada fonte de água; R2: Comunidades empoderadas e com capacidades de fazer a manutenção e reparação das fontes de água;	I1:5 fontes de água abertas em cada Caritas Diocesana com os seus comités formados. I2: Pelo menos 75% das fontes construídas ou reabilitadas pelas Caritas Diocesanas têm manutenção e reparação garantida pelos usuarios.
A2: Promover a construção e reabilitação de fontes de água com o sistema de painéis solares, motobomba, eletrobomba, bomba Afridev e roldanas.	R1: Assegurada a disponibilidade de água potável para o consumo humano; R2: Assegurada a protecção de vidas humanas contra ataques dos crocodilos;	I.1 Construídas, pelo menos, 50% de fontes de agua. I.2 No mínimo 50% das zonas susceptíveis ao conflito homem/fauna bravia tem fontes de água seguras.

	R3: Diminuição de distância e tempo para ter acesso à água potável.	
A3: Promover a Construção e Reabilitação das represas e diques.	R1: Reduzida a disputa entre o homem e fauna na fonte de água segura para o consumo humano;(transf.SAN) R2: Assegurada a água para fins domésticos e agrícolas;	I.5 Pelo menos 9 Caritas Diocesanas promovem a construção de represas e diques
A4: Promover a Construção e Reabilitação de bebedouros nas fontes de água..	R1: Aproveitamento múltiplo das fontes seguras (consumo humano e animal); R2: Reduzida a contaminação da água das fontes pelo processo de infiltração;	I.1: Pelo menos 50% das fontes de água segura (com bebedouros) construídas pelas Cáritas Diocesanas
A5: Promover a construção de latrinas	R1: Diminuição de doenças provocadas pelo fecalismo a céu aberto; R2: Assegurada a higiene individual e colectiva das famílias.	I.1. Pelo menos 10 Caritas Diocesanas tem programa de promoção de construção e uso saudável de latrinas;
A6: Promover a higiene individual e colectiva nas famílias.	R1: Redução de casos de doenças de proveniência hídricas;	I.1 Pelo menos 50% das famílias das zonas de intervenção da Caritas usam adequadamente purificadores de água ex: cloro, certeza, etc.

D. Objectivo Estratégico 4

Fortalecida a Caritas Moçambicana e as Comunidades

Orientação Estratégica - Pretende-se nessa área melhorar e ajustar os modelos de administração na Caritas Moçambicana ao nível do Secretariado Geral e Caritas Diocesanas. Com o início da capacitação do pessoal na área do Ciclo de Projectos a nível nacional, será uma meta a atingir a disseminação das normas de gestão da Caritas Internationalis e Caritas Diocesana dotando o código de ética e de conduta da CI. Para a implementação do actual Plano Estratégico, será necessário ter uma organização firme e forte que pode garantir a implementação das actividades planificadas. As áreas-chave deverão incluir pessoal qualificado e competente, facilidades adequadas e acesso aos recursos necessários. Neste contexto, o Secretariado Geral da Caritas Moçambicana está comprometido a fortalecer a sua capacidade organizacional e institucional para estar em posição de atingir o seu objectivo. Em aditamento a isso, o Secretariado Geral da Caritas Moçambicana vai Formar/Capacitar as Caritas Diocesanas. Todo o pessoal da Caritas Moçambicana, as comunidades deverão ser capacitados a todos níveis e nas áreas temáticas enquadradas no Plano Estratégico.

No âmbito do reforço da capacidade institucional o Secretariado Geral da Caritas Moçambicana, durante o período em vigência do plano Estratégico, desenvolveu actividades de Formação capacitação na Províncias Eclesiásticas, Como também auto avaliação institucional das Normas/Padrões da Caritas Internacional, Avaliação Intermedia do plano Estrategico da Caritas Moçambicana, visitas as Caritas Diocesanas. Para além de ser um momento de interação e troca de experiências, foi importante para o fortalecimento da Caritas de Moçambique, facilitando o planificação de acções de seguimento que visam dinamizar a Caritas.

No geral, referir que a necessidade de proceder com as Formações/ Capacitações às Caritas Diocesanas e Comunidades , e reforçar a ligação com o Secretariado Geral, com o intuito de ajustar e harmonizar os modelos de gestão.

Actividades	Resultados	Indicadores
4.1. Actualizar o sistema de Administração na Caritas Moçambicana ao nível do Secretariado Geral e Caritas Diocesanas	- Caritas Moçambicana Secretariado geral e Caritas Diocesanas com sistema contabilístico melhorado e alinhado com a Política Nacional do Sistema Financeiro e credível	- Todos os Departamentos da Administração e Finanças das Caritas Diocesanas e Secretariado Geral com <i>software</i> contabilístico instalado e funcional.
4.2 Formação/Capacitação contínua do Pessoal em Gestão de Projectos	Melhorado o nível de desempenho individual e organizacional da Caritas Moçambicana na componente de gestão orçamental e actividades do projecto	Até ao final de 2022 pelo menos 70 % do pessoal da Caritas Moçambicana beneficiada em Formação/Capacitação para uma gestão eficaz e eficiente dos programas e projectos.
4.3 Disseminação das normas de Gestão da Caritas Internationalis e Códigos de Ética e de Conduta ao nível da Caritas Moçambicana	- Caritas Moçambicana com conhecimento das normas de gestão e códigos da Ética/Conduta adoptados e operacionais	- Até ao final de 2022 pelo menos 80% das Caritas Diocesanas aplica as normas de gestão da Caritas Internationalis
4.4 Capacitação na elaboração do Plano de Monitoria e Avaliação de Projectos	- Caritas Moçambicana com pessoal capaz de elaborar um plano de monitoria e avaliação de projectos.	- Pelo menos 75% da Caritas Moçambicana Diocesanas aplicam o plano de monitoria e avaliação de projectos
4.5 Capacitação das Comunidades em poupança/micro-crédito	- Comunidades assistidas pelas Caritas Diocesanas com pessoal devidamente Criados grupos de poupança nas	- Pelo menos 42 4 grupos de poupança em cada Caritas Diocesana a implementar projectos de micro-creditos comunidades capacitadas em poupança e com acesso

Commented [Cp5]: Obs: Atualizar e introduzir o sistema de Administração na Caritas Moçambicana ao nível do Secretariado Geral e Caritas Diocesanas

	comunidades preparado para gestão de projectos	ao micro-crédito a nível local.
4.6 Capacitação em advocacia, <i>networking</i> e <i>lobbying</i>	- Pessoal técnico da Caritas Moçambicana devidamente capacitado em advocacia, <i>networking</i> e <i>lobbying</i> nas áreas temáticas plasmadas no plano estratégico	- Pelo menos treinados 80% dos oficiais das áreas temáticas da Caritas Moçambicana dominam as estratégias de advocacia, <i>networking</i> e <i>lobbying</i>
4.7 Capacitação em estratégia de melhoria na comunicação e informação.	- Secretariado Geral Caritas Diocesanas com website <u>actualizado</u> . O Secretariado Geral e as Caritas Diocesanas produzem e divulgam os boletins informativos produzidos e divulgados semestralmente.	- Pelo menos 65% das Caritas Diocesanas tem website da Caritas <i>moçambicana</i> actualizado. E pelo menos 50% das Caritas Diocesanas com boletins semestrais publicados.
4.8 Capacitação sobre direitos humanos, direitos da criança, casamentos prematuros e género . Direitos da Mulher.	- Caritas Moçambicana e Comunidades capacitadas para defender os direitos humanos, direitos da criança	- Ao menos 3 campanhas anuais realizadas em cada Caritas Diocesana e comunidades sobre os direitos humanos, direitos da criança e género —Direitos da Mulher.

Commented [Cp6]: Obs: Criados e actualizados

4.9 Efectuar o mapeamento de todos os parceiros ao nível Diocesano e nacional	- Criada uma base de dados de todos os parceiros no Secretariado Geral	-12 Caritas Diocesanas com banco de dados e informações partilhadas
4.10 Capacitar o pessoal da Caritas Moçambicana no desenvolvimento de Estratégias de Mobilização de Recursos	- Estratégias de Mobilização de Recursos elaborado e em implementação	- Pelo menos 80% da Caritas Moçambicana Diocesanas implementa a Estratégia de Mobilização de Recursos

Temas Transversais:

- **Género, HIV e SIDA;**
- **Protecção da Criança e Educação**
- **Pessoas Portadoras de Deficiência, Idosas e Viúvas.**

Estratégias dos temas transversais

- ✓ **Género** – A Caritas Moçambicana irá assegurar seu compromisso com a igualdade de género, sem distinção de sexo, raça e religião, apostando na formulação e introdução das questões de género nos seus documentos e políticas orientadoras a nível dos recursos humanos e da área programática.

Igualmente, serão providenciadas ao nível dos recursos humanos e dos beneficiários da Caritas Moçambicana, acções de capacitação e formação sobre os conceitos básicos de género e igualdade de género, guiados pela Doutrina da nossa Igreja. Revistos seus instrumentos para assegurar que as equipas renovem seus conhecimentos e estejam munidas de instrumentos orientadores para garantir que a abordagem de género não seja apenas destacada como dados estatísticos no desagregamento por sexo, mas que façam uma diferença na qualidade da participação e tomada de decisão na vida e trabalho de mulheres e homens, tanto ao nível interno da Caritas como comunitário.

- ✓ **HIV e SIDA** – Como tema transversal a estratégia da Caritas Moçambicana será priorizar as pessoas infectadas e afectadas pelo HIV e SIDA como seu grupo alvo prioritário nos programas de desenvolvimento e para a área de resposta humanitária.

Nestas áreas, iremos buscar apoios e parcerias de organizações que abordam o tema do HIV e SIDA como sua área de especialização para apoiar em campanhas esporádicas sobre o HIV e Sida focando sobre a prevenção e sobre a importância do teste e do compromisso no tratamento -TARV.

- ✓ **Protecção da Criança** – Dada a relevância deste tema, em ordem a mantê-lo como transversal a Caritas Moçambicana à sua escolha adoptará um sistema de política de protecção da criança baseada na abordagem dos parceiros da rede CI que achar conveniente.

Para o efeito será produzido um documento interno contendo a política interna da Caritas Moçambicana, sobre a Protecção da Criança e fará uma capacitação e formação do seu pessoal a nível do secretariado-geral, ao nível das Caritas Diocesanas, e posteriormente ao nível das comunidades.

Esta estratégia será apoiada por organizações especializadas ou por uma consultoria de médio prazo para assegurar que o processo não irá sobrecarregar os funcionários e colaboradores da Caritas Moçambicana. A partir do momento, em que a política estiver disponível e aprovada pela assembleia geral, se poderá possivelmente, propor a formalização de um documento de compromisso da criança.

1. Área geográfica de actuação da Caritas Moçambicana por regiões pastorais/vigarias, sua província/distrito/localidade.

Neste plano estratégico pede-se que se trabalhe nas áreas geográficas onde existem problemas que têm a ver com as quatro áreas temáticas nele priorizadas.

Tabela 1 - Áreas Geográficas de actuação

As áreas geográficas de actuação serão definidas internamente na respectiva diocese.

Província	Diocese	Zona Pastoral ou Vigararia	Distritos	Área Temática
Chimoio	Chimoio	1.Norte	Katandica , Guro, Tambara	Água, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável e resposta as emergências.
		2.Centro	Manica, Chimoio, Sussundenga, Gondola,	
		3.Sul	Machaze e Mossorize	
Xai-xai	Gaza	1.Xai-xai	Xai – Xai, Mandlacaze	Água, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável e
		2.Macia	Macia - Bilene	
		3.Chibuto	Chibuto	
		4.Chokwê	Chókwè, Guijá, Massingir e Mabalane	

		5.Norte	Massangena, Chicualacuala e Chigubo	resposta as emergências.
Sofala	Beira	1.Sul	Chibabava	Agua, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável incluindo as escolas famílias agrícolas, resposta as emergências
		2.Centro	Dondo e Gorongosa	
		3. Norte	Caia e Chemba	
Cabo Delgado	Pemba	1.Sul	Montepuez, Balama, Nsmuno	Agua, saneamento do meio, Meios de vida sustentável.
		2.Centro	Palma, Mocimboa da Praia, Imbuho, Muidumbe	
		3.Norte	Metuge	
Maputo	Maputo	Vigararia		Agua, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável incluindo as escolas famílias agrícolas, resposta as emergências
		Vagararia		
		Vigararia		
Inhambane	Inhambane	1.Sul	Inhambane, Salela, Inharrime, Mocumbi	Meios de vida sustentável e resposta as emergências.
		2.Centro	Morrumbene-Murie, Maxixe, Homoine e Panda	
		3. Norte	Inhassoro, Mapinhane	
Zambézia	Quelimane	1. Sul	Pastoral 2- Murrumbala e Mopeia Pastoral 6- Inhassunge	Agua, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável e resposta as emergências.
		2. Centro	Pastoral 4 - Namacuro e Mucase Pastoral 4- Maganja da Costa, Bajone e Mucubela	
	Gurue			
Nampula	Nampula	1.Cidade		Agua, saneamento do meio, Meios de vida sustentável incluindo as escolas famílias agrícolas, resposta as emergências
		2. Namaita	Rapale, Murrupula, Mecuburi	
		3. Meconta	Meconta, Muecate	
		4.lapala	Malema, Lalava, Ribawe	
		5. Angoche	Angoche, Moma, Mogovolas	
	Nacala	1.Erati	Erati, Memba, Nacarôa	

		2. Carapir a	Monapo, Ilha de Moçambique, Mossaril, Magincual	Água, saneamento do meio, Meios de vida sustentável incluindo as escolas famílias agrícolas, resposta as emergências
		3. Nacala	Nacala Porto, Mossuril, Memba, Nacala a Velha	
Lichinga	Lichinga	1. Região Lichinga	Lago, Sanga, Lichinga, Majune, Murrupula e Ngauma	Água, saneamento do meio, Meios de vida sustentável e resposta as emergências.
		2. Região Cuamba	Cuamba, Metarica e Mandimba	
		3. Região Mechanh elas	Mecanhelas	
		4. Região Maua	Maua, Nipepe	
Tete	Tete	1. Mutarar	Mutarara - Charre, Inhangoma e Nyamayabwe	Água, saneamento do meio, DRR, Meios de vida sustentável e resposta as emergências.
		2. Cabora- Bassa,	Magoe	
		3. Maravia - Zumbo	Zumbo	
		4. Tete	Changara	

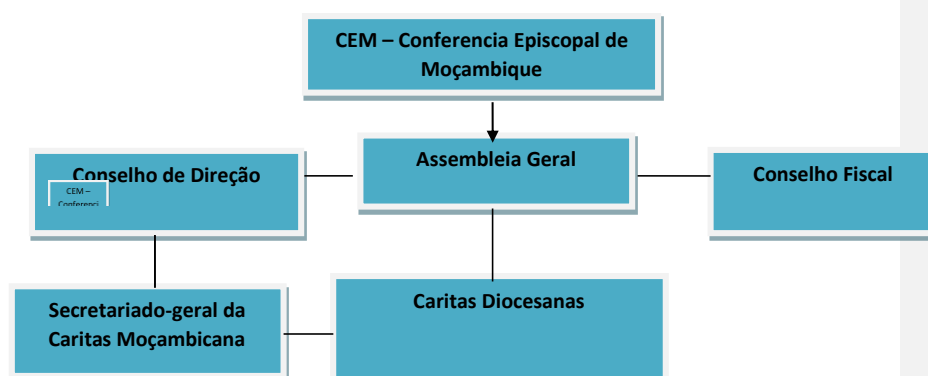
2. Grupo alvo das acções da Caritas Moçambicana

O quadro abaixo indica os grupos alvo da Caritas Moçambicana, com a sua priorização por percentagens.

Grupo Alvo da Caritas Moçambicana	
Mulheres	100%
Os mais vulneráveis ¹	80%
Homens	60%
Jovens	60%
Criança	40%

¹ Viúvas, deficientes, idosos, crianças chefes de famílias, afectados e infectados pelo HIV e SIDA, etc.

3. Estrutura interna da Caritas Moçambicana.



11.1. Órgãos centrais da Caritas Moçambicana

Os órgãos centrais da Caritas Moçambicana são:

- CEM - Conferência Episcopal de Moçambique**
- Assembleia Geral**
- Conselho de Direcção** são membros do Conselho de Direcção: O Presidente; o Director Espiritual; o Secretário-geral; o Tesoureiro; um representante de cada uma das três Províncias Eclesiástica, eleitos por 4 anos, podendo ser reeleitos por mais um período imediato e um representante dos Directores Espirituais de cada uma das três províncias Eclesiásticas,
- Conselho Fiscal** nomeado pela CEM.
- Secretariado-geral** este é composto pelo Secretário-geral, Secretário-geral Adjunto, Tesoureiro, Director Espiritual da CM e Directores de Departamentos, tendo sempre em conta que no total a composição deverá ser ímpar.

11.2. Estrutura do Secretariado Geral das Caritas Moçambicana

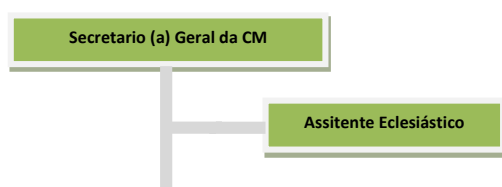
O Secretariado Geral é composto pelo Secretário-geral, Director Espiritual, Director do departamento de Administração e Finanças, Director de Departamento de Programas e pessoal de apoio tendo sempre em conta que no total a composição deverá ser ímpar.

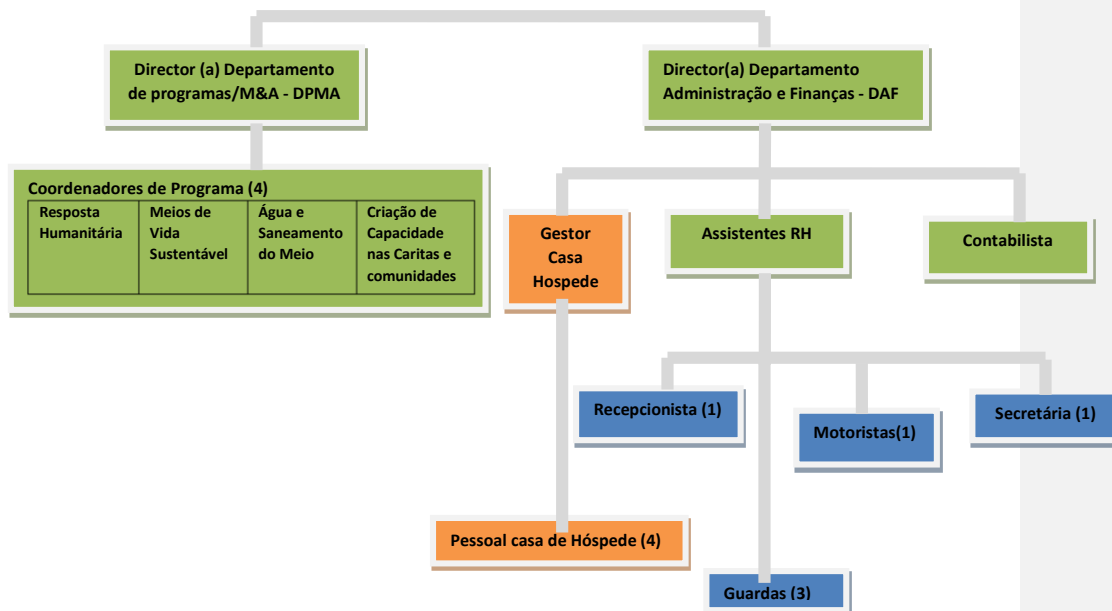
O Secretariado Geral tem as seguintes funções:

- Executar as tarefas que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho Directivo;

- b) Apoiar e coordenar as actividades das Caritas Diocesanas e das organizações membros;
- c) Estabelecer e manter contactos com as organizações nacionais e estrangeiras;
- d) Elaborar e apresentar os relatórios exigidos pelo Conselho Directivo;
- e) Responsabilizar-se pela boa conservação e arquivo da correspondência da Associação Caritas Moçambicana, bem como de toda a documentação desta Organização;
- f) Preparar as sessões da Assembléia Geral e do Conselho Directivo;
- g) Propor ao Conselho Directivo a ratificação dos grupos de trabalho por si criados.

12- Organigrama do Secretariado Geral da Caritas Moçambicana





13. Recursos disponíveis nas Caritas Diocesana. (Humanos, financeiros e materiais).

A Caritas Moçambicana conta com vários recursos de ordem humana, financeira e material. A grande parte destes recursos, foram alocados por parcerias e financiamentos a projectos em implementação. Estes recursos foram inventariados a nível diocesano, alguns depreciaram outros estão em bom estado de conservação e em uso.

Alguns destes recursos tornaram-se propriedade das Caritas Diocesanas após fecho dos projectos. A Caritas Diocesana como estrutura autónoma e independente faz a gestão administrativa destes recursos.

Estes recursos encontram-se nas Caritas diocesanas. Como exemplo podemos citar:

Tabela 2 – Recursos da CM – (recurso das Caritas Diocesanas)

Caritas Diocesana	Recursos Humanos	Bens imóveis	Bens móveis - Transporte	Meios tecnológicos e de comunicação	Financeiros próprios / financiamentos de projectos
Secretariado-geral da CM	1 Secretario Geral 1 Director Espiritual 1 Director de Programa 1 Director DAF 1 Contabilista 1 Secretária 1 Recepcionista 5 Equipa da casa de Passagem 3 Guardas 1 Motorista 1 Logístico	1 Escritório com salas de reuniões 1 Casa de hóspedes 2 Casas 1 Armazém na Beira	4 Viaturas	Computadores Impressoras Scan Laptop Projecto Máquina fotográfica Modem Rede informática	51 mil Fundos internos anuais Projecto de desenvolvimento organizacional 57 mil euros
Chimoio	1 Director espiritual 1 Secretário-geral 17 Técnicos LH e Emergências 8 Técnicos Sustentabilidade da Caritas	3 Escritórios (Chimoio, Messica e Manica)	4 Viaturas 1 Caminhão 8 Motorizadas	1 Telefone fixo Fax e scan Computador	400 Mil euros Missereio – 2012-15 169,060 Euros Echo/CAFOD 2012
Beira	14 Efectivos Director Espiritual Secretário-geral 13 Colaboradores	1 Escritório 1 Armazém	4 Viaturas Ligeiras 2 Caminhões 3 Motos	9 Computadores 4 Impressoras e outros	379 Mil euros 2 projectos 50 Mil meticais fundos internos anuais.
Pemba	7 Efectivos	1 Escritório 1 Armazém	Viaturas Motos	Telefone Computadores Impressoras	400 Mil euros Programa LH 3 anos
Xai-xai	1 Director Espiritual 1 Secretario Geral 20 Voluntários	1 Armazém em Xai-xai 1 Prédio em Chokwe (escritório) 1 Armazém	3 Carros 91 novo dois a venda) 1 Caminhão em Chokwe	Modem 1 leptop 3 Desktop	Provenientes de doações e projectos
Maputo	1 Director Espiritual 1 Secretario Geral	xxx	xxxx	xxxx	xxxx
Inhambane			1 Caminha parado. 2 Veículos ligeiros 1 Veiculo ligeiro parado 1 multi-cultivadora	1 Fotocopiadora 1 Impressora 2 Laptops 1 Telefone fixo Internet	26 Mil meticais mensais de proveniente pagamento de renda

Quilimane	1 Director Espiritual 1 Secretário-geral 2 Pessoas de apoio 2 Guardas 1 Colaborador na área de projectos	1 Escritório 4 Secretarias 1 Jogo de cadeiras 1 Sofa 2 Armários	2 Viaturas estado não muito bom.	1 Telefone fixo Internet 2 Computadores 2 Impressoras	Renda do armazém compartilhado
Gurue	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
Nampula	1 Coordenador e Director Espiritual 1 Secretario adjunto 1 Guarda	1 Casa/escritório tipo 3 1 Armazém 3 Anexos (quartos)	1 Viatura Toyota	1 Laptop 1 Impressora 1 Fax 1 Telefone fixo	300 Mil meticais por ano proveniente de renda dos anexos
Nacala	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
Lichinga	1 Director espiritual, 1 Administrador/financeiro 1 Oficial de Programas, 2 Serventes, 3 Supervisores paroquiais,	1 Escritório com 4 compartimentos, 2 Armazéns 9 Contentores	1 Viatura ligeira ISUZU cabine dupla 4 Motos tipo Honda XL 125CC	2 Desktop, 2 impressoras. 1 Laptop HP 1 Maquina fotografica digital Sony 1 tele/fax e scan	20 Mil meticais proveniente mensalmente da renda do Armazém
Tete	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx

14. Recursos financeiros necessários para a implementação deste Plano Estratégico

Tabela3 – Orçamento segundo áreas temáticas (estimativa)

Áreas Estratégicas	Total em Meticais	2014	2015	2016	2017	2018
Meios de Vida Sustentável	35,000,000	7,000,000	7,000,000	7,000,000	7,000,000	7,000,000
Resposta Humanitária	38,500,000	10,000,000	10,000,000	8,000,000	7,500,000	3,000,000
Água e Saneamento do Meio e Saúde	25,000,000	5,000,000	5,000,000	5,000,000	5,000,000	5,000,000
Criação de capacidade da Caritas e Comunidades	5,850,000	1,500,000	1,500,000	1,250,000	900,000	700,000
Custos RH e Administração Geral	5,000,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000
Total	109,350,000	24,500,000	24,500,000	22,250,000	21,400,000	16,700,000
USD	3,645,000	816,667	816,667	741,667	713,333	556,667
Euros	2,811,054	612,500	629,820	571,979	550,129	429,306
Libras	2,543,023	544,444	569,767	517,442	497,674	388,372

15. Estratégias de Angariação de Fundos Interna e Externa

Caritas Diocesana (ao nível Interno)

- ✓ Promover e encorajar projectos de sustentabilidade ex. Aluguer do Armazém, e outros como forma de angariar recursos financeiro para ajudar a manter os custos administrativos.
- ✓ Adquirir e legalizar as áreas de cultivo e terra (DUAT) para produção de alimentos e produtos de rendimento, com vista a garantir a auto sustentabilidade das Caritas diocesanas ex. Tete e Chimoio.
- ✓ Criação de projectos rentáveis (moageiros, criação de animais, agricultura, comércio, construção de casa de alojamento, sala de reuniões, aluguer de transporte e prestações de serviços técnicos).
- ✓ Reforçar a angariação de fundos internos a partir do Dia Nacional de Caritas.
- ✓ Promoção de campanhas nacionais para angariação de fundos em ordem a dar resposta a um determinado desafio dentro de um contexto catastrófico ou um desafio que clama por uma resposta que não está sendo dada.

Caritas Diocesana (ao Nível Externo)

- ✓ Que cada Caritas Diocesana, a partir da planificação estratégica, partilhem
- ✓ Com o secretariado-geral (Dpto de Programas) projectos concretos aprovados a nível da diocese, com o objectivo de permitir a comparticipação do departamento acima referido na busca de possíveis financiamentos juntos de parceiros potenciais.
- ✓ Estreitar e melhorar as relações de parcerias entre as Caritas Diocesanas e outros parceiros quer a nível nacional como internacional.
- ✓ Diversificar a angariação de fundos para permitir a diminuição da dependência.
- ✓ Buscar parcerias com a rede Caritas.
- ✓ Ter um padrão *standard* mínimo em termos de requisitos básicos exigidos pelos doadores de fundo institucionais (EC, DFID, AI, SIDA, USAID, etc.)
- ✓ Realizar análises da situação geográfica para que possa apoiar na elaboração de projectos baseados na situação real da área em prioridades pelas dioceses.

16. Monitoria e Avaliação

Para obter informação e informar os parceiros, governo, equipa de gestão, e principalmente os beneficiários dos programas, a Caritas Moçambicana pretende revisar o sistema de monitoria e avaliação de suas acções.

Monitoria – A monitoria das actividades da Caritas Moçambicana será feita a dois níveis, primeiramente a nível das Caritas Diocesanas e segundo a nível do secretariado-geral.

As Caritas Diocesanas terão como responsabilidade na área de monitoria, informar ao secretariado-geral, através dos coordenadores de programas (DPMA – Departamento de Programa, Monitoria e Avaliação da Caritas Moçambicana), os progressos e impactos de suas actividades. Esta informação estará detalhada em cada programa/projecto que estiver sendo implementado a nível das dioceses. Os coordenadores irão formular um quadro de monitoria, utilizando os indicadores programáticos para medir o progresso. Adicionado a estes quadros de monitoria, será elaborado 1 estudo de caso anual, por área programática a ser orientado através de um manual de recolha de informação, para o efeito as equipas de terreno serão treinadas.

Avaliação – Este plano estratégico será avaliado a cada dois anos, como forma de medir o progresso e verificar se as orientações e as metas traçadas estarão sendo atingidas, bem como, recomendar as correcções necessárias para que possam ser tomadas as decisões e reorientadas as equipas no terreno. Este processo, poderá ser conduzido internamente, porém uma facilitação externa sempre que possível será recomendada. Como fruto destas avaliações espera-se um relatório e um plano de acção, para apoiar na implementação das recomendações.

17. Estratégia de Comunicação Interna e Externa da Caritas Moçambicana

Durante a vigência do plano estratégico pretendemos melhorar e aumentar a nossa comunicação interna e externa através de:

- ✓ Promoção de encontros rotativos a nível de cada zona (província eclesiástica)
- ✓ Melhorar os encontros zonais de coordenação, formação e avaliação zonais.
- ✓ Nas Dioceses melhorar a comunicação com os párocos através de um programa diocesano inserido no plano de pastoral social da respectiva Diocese.
- ✓ Organizar um sistema de estágio para estudantes universitários da área de comunicação com o objectivo de reforçar a área de comunicação e informação da CM, sector que estará sobre a gestão directa do departamento de programas do secretariado-geral.
- ✓ A nível interno fazer a manutenção dos meios de comunicação existentes, com manutenção de website, produção de folhetos e boletins informativos, em ordem que tudo isto sirva de instrumento de troca de experiencias e de boas praticas na rede Caritas.
- ✓ Aumentar a visibilidade da Caritas Moçambicana a todos os níveis e melhorar a interligação com outras instituições a nível nacional e internacional.
- ✓ Disponibilizado a cada dois anos um relatório de avaliação e recomendações sobre o progresso das actividades desenvolvidas no âmbito do plano estratégico.

18. Gestão dos Riscos

Tabela 4 - Como mitigar os riscos

#	Descrição	Tipo	Impacto se não houver a devida gestão	Medidas Preventivas / Resposta da Gestão
1	Fraca motivação dos RH	Organizacional	Perca de recursos humanos, Perca de competências, Baixo impacto das actividades	Motivar e fazer continua manutenção dos recursos humanos a todos os níveis (Caritas Diocesanas e Secretariado Geral) para enfrentar as mudanças ao nível da Caritas Moçambicana.
2	Fraco desempenho dos RH	Organizacional	Fracasso da Implementação do PE	Manter as avaliações de desempenho das equipas em dia para mantê-las motivadas e assegurar o trabalho com qualidade. Desenvolver um processo de planificação e avaliação das actividades da equipa (semanal, mensal, anual)
3	Poucas parcerias de momento	Organizacional	Intervenção da Caritas Isolada	Motivar parcerias com parceiros a partir de diálogos abertos e sinceros e resolução de diferendos em ordem a alçarmos juntos os objectivos comuns que nos unem.
4	Fraca prestação de contas	Financeiro	Desconfiança, falta de credibilidade	Gerir eficientemente os recursos financeiros, introduzindo as auditorias internas e externas anuais como meio de garantir a boa gestão, prestação de conta e transparência.

5	Incapacidade de angariar recursos adicionais	Financeiro	Paralisação da instituição	Iniciar a angariação de recursos Revisar estratégia de criação de recursos próprios
6	Previsões de cheias e ciclones	Climático Ambiental	Perda de vidas humanas, desvio do programa de desenvolvimento	Acompanhar e disseminar regularmente as informações sobre as questões climáticas para que acções pontuais sejam organizadas e para proteger o programa de desenvolvimento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁREA HUMANITÁRIA:

1. MOÇAMBIQUE, *Plano Director para a Redução do Risco de Desastres* 2017 – 20130 – INGC: 2018
2. *Css Strategic Plan – Caritas Sudão do Sul*: 2018 - 2021
3. *Toolkit da Caritas Internationalis: 2018*
4. *Plano Estratégico do Secretariado Geral da Caritas Moçambicana*: 2016 - 2019

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres. Florianópolis, 2011. Acesso em setembro de 2014. Disponível em: http://www.mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=759c31f7-57ad-469eb29c-1fcd78f5e91&groupId=10157

CEPED UFSC. Gestão de desastres e ações de recuperação: curso de capacitação, módulo III. Florianópolis, 2014. Acesso em junho de 2016. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-completo-1-1.pdf>

UFRGS; CEPED/RS. Capacitação em Gestão de Riscos. Porto Alegre, 2015.

<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview> Mocambique: Aspectos Gerais

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2008-2015

Plano Estratégico 2019 - 2022